EDITORA F.T.D. S.A.

CNPJ nº 61.186.490/0001-57

Relatório da Diretoria

Dando cumprimento às disposições estatutárias, submetemos aos senhores acionistas o relatório das atividades sociais e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2010 e 2009.

São Paulo, 25 de março de 2011.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2010	2009 Reapresentado	01/01/09 Reapresentado
Circulante		307.026	249.361	229.884
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.690	25.390	75.867
Contas a receber de clientes	6	146.102	104.261	51.725
Estoques	7	95.809	86.911	78.713
Estoques de produtos para promoção	8	29.085	21.669	17.289
Impostos e contribuições a recuperar	9	13.107	8.415	4.961
Outras contas a receber		2.058	2.495	1.165
Despesas antecipadas		175	220	164
Não circulante		79.384	68.034	63.234
Realizável a longo prazo	11	7.348	7.204	7.747
Ativos fiscais diferidos	10	1.850	1.497	1.233
Investimentos	12	410	453	540
Imobilizado	13	68.928	58.227	53.359
Intangível	14	848	653	355
		386.410	317.395	293.118

PASSIVO	Nota	2010	2009 Reapresentado	01/01/09 Reapresentado
Circulante		110.178	68.533	68.429
Fornecedores		19.865	10.784	13.564
Financiamentos	15	2.137	-	-
Impostos e contribuições a recolher		6.533	5.584	5.282
Salários e férias a pagar		9.638	9.243	7.782
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	17 c-18	5.703	14.022	12.997
Imposto de renda e contribuição social		1.332	1.713	10.125
Comissões e direitos autorais a pagar		14.195	10.732	13.716
Adiantamentos de clientes		47.234	13.636	2.625
Benefícios concedidos a empregados	16.2	1.563	1.040	777
Outras contas a pagar		1.978	1.779	1.561
Não circulante		26.159	3.363	2.849
Benefícios concedidos a empregados	16.2	3.880	3.363	2.849
Passivos fiscais diferidos	10	1.016	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	17 c-18	21.263	-	-
Patrimônio líquido		250.073	245.499	221.840
Capital social	17 a	170.000	150.000	113.207
Reservas de lucros		80.073	95.499	108.633
		386.410	317.395	293.118

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009		113.207	14.320	96.706	-	-	224.233
Ajustes na adoção inicial	4	-	-	(2.393)	-	-	(2.393)
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)		113.207	14.320	94.313	-	-	221.840
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.188	31.188
Aumento de capital conforme AGE de 30 de março de 2009		36.793	-	(36.793)	-	-	-
Destinações: Reserva legal	17 b	-	1.585	-	-	(1.585)	-
Dividendos	17 c	-	-	-	-	(7.529)	(7.529)
Juros sobre o capital próprio	17 c - 18	-	-	-	13.734	(13.734)	-
Retenção de lucros	17 b	-	-	8.340	-	(8.340)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)		150.000	15.905	65.860	13.734	-	245.499
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	24.011	24.011
Aumento de capital conforme AGE de 29 de março de 2010		20.000	-	(20.000)	-	-	-
Destinações: Reserva legal	17 b	-	1.201	-	-	(1.201)	-
Dividendos	17 c	-	-	-	-	(5.703)	(5.703)
Aprovação dos dividendos adicionais	17 c	-	-	-	(13.734)	-	(13.734)
Juros sobre o capital próprio	17 c - 18	-	-	-	14.080	(14.080)	-
Retenção de lucros	17 b	-	-	3.027	-	(3.027)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		170.000	17.106	48.887	14.080	-	250.073

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional - A Editora FTD S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como principal atividade a indústria e o comércio decorrentes da edição, da impressão e distribuição de livros para os ensinos fundamental e médio e de livros de literatura e de apoio didático. As operações da Companhia são sazonais, e, aproximadamente, 85% das vendas estão concentradas no primeiro trimestre do exercício, em função do início das aulas escolares, e no quarto trimestre do exercício, em função das vendas para o Governo Federal. Na composição das vendas líquidas da Companhia, 40% referem-se a vendas para o Governo Federal e 60% para os mais de 14.000 clientes em todo Brasil. **2. Base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC -** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2011. **2.2. Base de mensuração -** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, impostos diferidos ativos e passivos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **3. Principais políticas contábeis -** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Apuração do resultado -** O resultado das operações foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos e de industrialização é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **b. Instrumentos financeiros não derivativos -** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo: • Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: quando a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. • Investimentos mantidos até o vencimento: quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. • Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. • Ativos financeiros disponíveis para a venda, quando a Companhia destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. **c. Instrumentos financeiros derivativos -** Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2010 e 2009. **d. Ativos circulantes e não circulantes - • Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **• Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado pelo valor presente quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **• Estoques** - O custo dos estoques de produtos industrializados, em processo e acabado, tanto de vendas quanto de promoção, é calculado pelo custo médio por absorção, acrescido de matéria prima, insumo, mão de obra direta e gastos gerais de fabricação (GGF). Os estoques são valorizados e contabilizados com base no custo médio por absorção e não excedem os valores de mercado. **• Investimentos:** Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **• Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessárias. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **ii. Custos subsequentes -** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii. Depreciação -** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **• Intangível**: Registrado ao custo de aquisição menos as despesas de amortização, quando aplicável. **• Custo atribuído (deemed cost):** Para fins de primeira adoção dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC, a Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 estabeleceu que, sem configurar mudança na prática contábil do custo histórico como base de valor (item 27) e sem caracterizar a adoção da prática da reavaliação de bens (item 22), admite-se, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, que a entidade possa optar por atribuir um custo a um ou mais itens do imobilizado em substituição ao valor contábil, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43, desde que esse custo atribuído seja substancialmente superior ou inferior ao valor contábil. A Administração da Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizado e intangível ao valor justo na data de transição, pois os referidos ativos já atendem de forma material e relevante os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27. **• Redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **• Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de realização. **e. Passivos circulantes e não circulantes -** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **• Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **• Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **i. Correntes -** A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **ii. Diferidos -** O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão das diferenças temporárias não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil do Impostos de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal. Os montantes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. A confirmação da opção por esse regime ocorreu quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. Dessa forma, os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram provisionados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos. **• Benefícios a empregados:** Os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme procedimentos previstos no CPC 33, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. **• Capital social e dividendos:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **• Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos (incluindo os ativos financeiros disponíveis para venda) e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **• Demonstração de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **• Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** - Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas: - IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações; - IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração; - IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras, contudo, a Administração não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial. **4. Explicação dos principais efeitos de adoção de novas normas -** Com o advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou suas demonstrações contábeis utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 2010. Esses novos pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Os principais ajustes e reclassificações estão apresentados a seguir: **Provisão dos dividendos a pagar -** O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Para fins das novas normas do CPC, os dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pela Assembléia dos acionistas. Portanto, a Companhia reconhece como passivo, no encerramento do exercício social, o valor correspondente ao dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício, até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. Os dividendos excedentes ao estipulado em Estatuto, que não se enquadram para registro de acordo com a ICPC 08, são revertidos a crédito do patrimônio líquido, sendo deduzidos dos lucros acumulados somente quando aprovados em Assembléia pelos acionistas. **Benefícios pós-emprego - Assistência médica a aposentados -** Conforme opção da CPC 33 - Benefícios a Empregados, a Companhia optou pela manutenção do método corredor na contabilização dos ganhos e perdas atuariais no resultado. Dessa forma, o momento da adoção inicial deste pronunciamento, distinto da data de criação dos planos, poderia produzir saldos diferentes de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. O saldo de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos em 1º de janeiro de 2009, no montante de R$ 3.626 (valor de R$ 2.393 líquido de impostos), foi registrado integralmente contra lucros acumulados na data de transição, adotando assim, a isenção prevista no CPC 37. Os ganhos ou perdas atuariais gerados após a data de transição serão reconhecidos no resultado pelo método do corredor. **Demonstrações contábeis de 2009 -** Até 31 de dezembro de 2009, a Editora FTD S.A. apresentava suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08), complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC até 31 de dezembro de 2009. Conforme estabelecido no CPC 37, os novos pronunciamentos contábeis foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com os novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010. Abaixo a comparação do balanço na data de transição e das demais informações ajustadas de 2009 com os valores divulgados naquelas datas:

Balanços patrimoniais	01/01/09 (*) Conforme divulgado	01/01/09 (*) Ajustado aos CPC's	31/12/09 Conforme divulgado	31/12/09 Ajustado aos CPC's
Ativo / Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	75.867	75.867	25.390	25.390
Contas a receber de clientes	51.725	51.725	104.261	104.261
Estoques	78.713	78.713	86.911	86.911
Estoques de produtos para promoção	17.289	17.289	21.669	21.669
Impostos e contribuições a recuperar	4.961	4.961	8.415	8.415
Outras contas a receber	1.165	1.165	2.495	2.495
Impostos diferidos	-	-	-	9
Despesas antecipadas	164	164	220	220
	229.884	229.884	249.361	249.370
Não circulante				
Realizável a longo prazo	7.747	7.747	7.204	7.204
Impostos diferidos	-	1.233	-	1.488
Investimentos	540	540	453	453
Imobilizado	53.359	53.359	58.227	58.227
Intangível	355	355	653	653
	62.001	62.234	66.537	68.025
	291.885	293.118	315.898	317.395
Passivo / Circulante				
Fornecedores	13.564	13.564	10.784	10.784
Impostos e contribuições a recolher	5.282	5.282	5.584	5.584
Salários e férias a pagar	7.782	7.782	9.243	9.243
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	12.997	12.997	27.756	14.022
Imposto de renda e contribuição social	10.125	10.125	1.713	1.713
Comissões e direitos autorais	13.716	13.716	10.732	10.732
Adiantamento de clientes	2.625	2.625	13.636	13.636
Benefícios concedidos a empregados	-	777	-	1.040
Outras contas a pagar	1.561	1.561	1.779	1.779
	67.652	68.429	81.227	68.533
Não circulante				
Benefícios concedidos a empregados	-	2.849	-	3.363
	-	2.849	-	3.363
Patrimônio líquido				
Capital social	113.207	113.207	150.000	150.000
Reservas de lucros	111.026	108.633	84.671	95.499
	224.233	221.840	234.671	245.499
	291.885	293.118	315.898	317.395

(*) Data da adoção inicial

Reconciliação do patrimônio líquido	01/01/09 (*)	31/12/09
Patrimônio líquido conforme divulgado	224.233	234.671
Reclassificação do dividendo adicional proposto	-	13.734
Provisão atuarial do plano de benefício	(3.626)	(3.626)
Perdas atuariais do plano de benefícios definido	-	(777)
Impostos diferidos	1.233	1.497
Patrimônio líquido ajustado aos CPC's	221.840	245.499

(*) Data da adoção inicial

5. Caixa e equivalentes de caixa	2010	2009	01/01/09
Caixa e bancos	1.356	2.316	4.387
Aplicações financeiras	19.334	23.074	71.480
	20.690	25.390	75.867

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 0,70% e 1% ao mês.

6. Contas a receber de clientes	2010	2009	01/01/09
Duplicatas a receber	146.090	104.363	52.738
Cheques pendentes a receber	1.231	1.055	639
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.219)	(1.157)	(1.652)
	146.102	104.261	51.725

A Companhia tem como critério efetuar a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na soma dos faturamentos líquidos dos três últimos exercícios, dividido pela soma da inadimplência lançada em conta de resultado do mesmo período. O percentual obtido multiplica-se pelo faturamento líquido do exercício a ser constituída a provisão. Caso haja uma situação isolada onde identifica-se a necessidade de uma provisão, soma-se a provisão constituída no cálculo padrão.

7. Estoques	2010	2009	01/01/09
Produtos acabados	57.498	48.993	50.890
Produtos em elaboração	39.588	35.654	25.717
Matérias-primas	11.333	10.079	11.663
Materiais auxiliares e de manutenção	3.877	3.278	1.971
Estoques em poder de terceiros	2.164	4.609	4.711
Outras contas de estoque	10	-	-
Provisão para ajuste ao valor de realização	(18.661)	(15.702)	(16.239)
	95.809	86.911	78.713

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

8. Estoques de produtos para promoção	2010	2009	01/01/09
Produtos acabados	17.213	13.229	12.866
Produtos em elaboração	11.872	8.440	4.423
	29.085	21.669	17.289

Os produtos de promoção são fabricados internamente e referem-se basicamente aos livros do professor que são distribuídos para divulgação. No momento da entrega aos professores, seus custos são transferidos para o grupo de despesas com vendas.

9. Impostos e contribuições a recuperar	2010	2009	01/01/09
COFINS	9.601	5.930	4.045
PIS	2.084	1.312	775
CSLL a recuperar	1.131	983	-
Outros	291	190	141
	13.107	8.415	4.961

10. Ativos e passivos fiscais diferidos - Os impostos diferidos ativos e passivos sobre a adoção das CPC's foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto diferido ativo	2010	2009	01/01/09
Plano de assistência médica (não circulante)	1.850	1.497	1.233
Imposto diferido passivo			
Diferença da base de depreciação (fiscal x societário)	(1.016)	-	-
Líquido	834	1.497	1.233

As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

11. Realizável a longo prazo	2010	2009	01/01/09
Depósitos judiciais	475	464	466
Impostos e contribuições a recuperar			
Adicional de imposto de renda estadual (a)	483	804	1.084
Contribuição social sobre lucro líquido (a)	307	281	430
INSS sobre autônomos (a)	5.386	4.956	4.994
Outros	323	312	384
	6.974	6.817	7.358
Outras contas a receber	374	387	389
	7.348	7.204	7.747

(a) Causas transitadas e julgadas a favor da Companhia, cujo recebimento já vem sendo efetuado.

Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2010	2009 Reapresentado
Receita	19	344.001	327.694
Custos dos produtos vendidos		(124.041)	(110.282)
Lucro bruto		219.960	217.412
Outras receitas (despesas) operacionais			
Vendas		(138.916)	(112.881)
Administrativas e gerais		(54.559)	(69.467)
Honorários da administração	24	(1.659)	(2.154)
Outras receitas operacionais	21	4.372	4.109
Resultado antes das receitas (despesas financeiras) líquidas e impostos		29.198	37.019
Despesas financeiras	20	(3.036)	(1.768)
Receitas financeiras	20	9.098	7.615
Lucro antes dos impostos		35.260	42.866
Imposto de renda e contribuição social	22	(11.249)	(11.678)
Lucro líquido do exercício		24.011	31.188

12. Investimentos	2010	2009	01/01/09
Incentivos fiscais	2.966	2.966	2.966
Participações em outras empresas	14	14	14
Outros investimentos	8	8	8
Provisão para perdas em investimentos	(2.578)	(2.535)	(2.448)
	410	453	540

13. Imobilizado

	Taxa anual depreciação %	2010 Custo	2010 Depreciação	2010 Líquido	2009 Líquido	01/01/09 Líquido
Imóveis	4	24.402	(10.343)	14.059	13.355	13.768
Máquinas e equipamentos	(*)	95.169	(57.262)	37.907	29.442	26.737
Móveis e utensílios	10	8.568	(4.847)	3.721	3.199	2.426
Instalações	10	2.763	(1.767)	996	389	430
Veículos	20	8.184	(4.785)	3.399	3.333	2.519
Computadores e periféricos	20	8.870	(6.934)	1.936	1.691	1.729
Telefones	10	625	(625)	-	-	-
Ferramentas	10	20	(14)	6	5	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	6.651	(481)	6.170	2.233	488
Imobilizações em andamento		734	-	734	4.580	5.258
		155.986	(87.058)	68.928	58.227	53.359

(*) A vida útil de máquinas e equipamentos referentes ao parque gráfico e foi revisada seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, onde determinados bens passaram de 10 anos para 15 anos. A depreciação do período findo em 31 de dezembro de 2010, após a adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010, desse pronunciamento foi de R$ 6.676, caso a Companhia não tivesse efetuado essa mudança seria de R$ 9.664.

Movimentação do custo	01/01/09 Custo	Adições	Baixas	Transferências	31/12/09 Custo
Imóveis	22.349	-	-	454	22.803
Máquinas e equipamentos	79.676	367	(2.719)	9.250	86.574
Móveis e utensílios	6.665	1.182	(162)	-	7.685
Instalações	2.012	35	(17)	-	2.030
Veículos	6.684	2.035	(1.033)	-	7.686
Computadores e periféricos	8.102	546	(523)	-	8.125
Telefones	625	-	-	-	625
Ferramentas	16	2	-	-	18
Benfeitorias em imóveis de terceiros	780	1.778	-	-	2.558
Imobilizações em andamento	5.258	9.026	-	(9.704)	4.580
	132.167	14.971	(4.454)	-	142.684

	31/12/09 Custo	Adições	Baixas	Transferências	31/12/10 Custo
Imóveis	22.803	-	-	1.599	24.402
Máquinas e equipamentos	86.574	1.206	(2.982)	10.371	95.169
Móveis e utensílios	7.685	1.055	(172)	-	8.568
Instalações	2.030	733	-	-	2.763
Veículos	7.686	1.330	(832)	-	8.184
Computadores e periféricos	8.125	875	(130)	-	8.870
Telefones	625	-	-	-	625
Ferramentas	18	2	-	-	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.558	4.157	-	(64)	6.651
Imobilizações em andamento	4.580	8.060	-	(11.906)	734
	142.684	17.418	(4.116)	-	155.986

14. Intangível

	Taxa anual depreciação %	2010 Custo	2010 Depreciação	2010 Líquido	2009 Líquido	01/01/09 Líquido
Software	20	523	(115)	407	237	-
Marcas e patentes		441	-	441	416	355
		964	(115)	848	653	355

Movimentação do custo	01/01/2009 Custo	Adições	Baixas	31/12/09 Custo
Software	-	269	-	269
Marcas e patentes	355	63	(2)	416
	355	332	(2)	685

	31/12/09 Custo	Adições	Baixas	31/12/10 Custo
Software	269	254	-	523
Marcas e patentes	416	25	-	441
	685	279	-	964

15. Financiamentos

Financiamentos	2010	2009	Garantias	Encargos
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado				
Banco do Brasil	2.137	-	Próprio bem	(*)
	2.137	-		

(*) Taxa de 1,66 % a.a. para o primeiro semestre e 2,85% a.a. para o segundo semestre. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento: 2011	2.137
	2.137

16. Benefícios concedidos a empregados - 16.1. Plano de benefícios pós emprego - A Companhia reconhece provisão para benefício pós-emprego relacionado a plano de assistência médica. O passivo líquido a tais benefícios registrado em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 5.443 (R$ 4.403 em 2009 e R$ 3.626 em 1º de janeiro de 2009), dos quais R$ 1.563 (R$ 1.040 em 2009 e R$ 777 em 1º de janeiro de 2009) classificados no passivo circulante e R$ 3.880 (R$ 3.363 em 2009 e R$ 2.849 em 1º de janeiro de 2009) classificados no passivo não circulante. Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e estão reconhecidos nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 33. **16.2. Saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação:** A despesa líquida com o plano de assistência médica concedido e a conceder a empregados, para o exercício de 2010, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes: A atualização das obrigações foi registrada no resultado do exercício.

Atualização das provisões	Plano de assistência - Concedido
Diretamente no resultado	1.040
Custo líquido no período relativo a atualização das Provisões	1.040
Despesa líquida com plano de benefícios	
Custo do serviço corrente	410
Custo dos juros	603
Amortização de perdas atuariais não reconhecidas	27
Custo líquido no período relativo as despesas líquidas com plano	1.040
Distribuição no balanço em 2010	
Passivo circulante	1.563
Passivo não circulante	3.880
Passivo total	5.443
Movimentação dos valores provisionados	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	4.403
(+) Custo do serviço corrente (sem juros)	410
(+) Juros sobre as obrigações atuariais	603
(+) Perdas atuariais não reconhecidas	27
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.443

16.3. Premissas atuariais - As principais premissas adotadas no cálculo foram as seguintes:

Modalidade	**Premissa atual**
Financeiras	
Taxa nominal de desconto	10,24% a.a
Taxa de desconto	5,59% a.a
Aging factor	1,50%
HCCTR	2,31%
Inflação	4,40% a.a.
Taxa combinada (juros real + HCTR)	1,68%
Biométricas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de invalidez	AT- 49 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas
Rotatividade	0,15 / (TS+1)
Composição familiar	95% casados; Homem 4 anos mais velho
Custo médico médio em 2010	
Custo na idade média	51,36

17. Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social é composto por 170.000.000 (150.000.000 em 2009) ações ordinárias, nominativas de valor nominal R$ 1,00 cada uma, distribuídas conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações 2010	2009	01/01/09
Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC)	169.841.033	149.859.735	113.101.137
União Catarinense de Educação (UCE)	158.967	140.265	-
Davide Pedri	-	-	96.829
Dario Bortolini	-	-	9.034
	170.000.000	150.000.000	113.207.000

b. Reservas de lucro - • Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **• Reserva de retenção de lucros:** Os lucros remanescentes foram mantidos na conta de reserva à disposição da Assembléia, para sua destinação. **c. Dividendos -** Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos aos acionistas 25% do lucro líquido ajustado, a título de dividendos mínimos, na forma da Lei, podendo a ele ser inserido, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio. A Assembléia Geral dos Acionistas deliberará por proposta da Diretoria porcentagem diversa sobre o lucro líquido da Companhia, ou mesmo pela retenção de todo o lucro nos termos do parágrafo terceiro do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos do exercício de 2010 foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	24.011
Reserva legal	(1.201)
Base de cálculo	22.811
Dividendos mínimos propostos de acordo com o estatuto	25%
	5.703
Juros sobre capital próprio distribuídos	14.080
Dividendos distribuídos	5.703
% efetivo do lucro distribuído aos acionistas	86,73%
Demonstração do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em 2010:	
Dividendos 2009 não pagos - Não circulante	7.529
Dividendos 2010 - Circulante	5.703
Saldo dos dividendos em 31 de dezembro de 2010	13.232
Juros sobre capital próprio 2009 não pagos - Não circulante	13.734
Juros sobre capital próprio 2010 - Patrimônio líquido (dividendo adicional proposto)	14.080
Saldo dos juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2010	27.814
Saldo dos dividendos e juros sobre capital próprio	41.046

18. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 - De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R$ 14.080 (R$ 13.734 em 2009), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R$ 4.787 (R$ 4.669 em 2009), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

19. Receitas operacionais	2010	2009
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	340.732	314.945
Industrialização	33.876	42.406
	374.608	357.351
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(3.240)	(2.641)
Devoluções e abatimentos	(27.367)	(27.016)
	344.001	327.694

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 *(Em milhares de Reais)*

	2010	2009 Reapresentado
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	24.011	31.188
Ajustes por: Depreciação e amortização	6.676	8.483
Resultado na venda de ativos imobilizados	125	1.654
Reversão da provisão para desvalorização de incentivos fiscais	43	87
Impostos diferidos ativos e passivos	663	(264)
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	(41.841)	(52.536)
Estoques	(8.898)	(8.198)
Estoques de produtos para promoção	(7.416)	(4.380)
Impostos e contribuições a recuperar	(4.692)	(3.454)
Outras contas a receber	437	(1.330)
Despesas antecipadas	45	(56)
Realizável a longo prazo	(144)	543
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	9.081	(2.780)
Impostos e contribuições a recolher	949	302
Salários e férias a pagar	395	1.461
Imposto de renda e contribuição social	(381)	(8.412)
Comissões e direitos autorais a pagar	3.463	(2.984)
Adiantamentos de clientes	33.598	11.011
Outras contas a pagar	199	218
Benefícios concedidos a empregados	1.040	777
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	17.353	(28.670)
Atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	(17.418)	(14.970)
Aquisições no ativo intangível	(279)	(332)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(17.697)	(15.302)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	2.137	-
Juros sobre capital próprio pagos	(6.493)	(4.912)
Dividendos pagos	-	(1.593)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(4.356)	(6.505)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(4.700)	(50.477)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	25.390	75.867
No fim do exercício	20.690	25.390
	(4.700)	(50.477)
Imposto de renda e contribuição social pagos	11.630	20.354

20. Resultados financeiros	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	(4)	(1.108)
Descontos concedidos	(292)	(293)
Comissões e despesas bancárias	-	(344)
Outras despesas financeiras	(2.740)	(23)
	(3.036)	(1.768)
Receitas financeiras		
Receitas sobre aplicações financeiras	5.218	6.744
Juros ativos	586	575
Descontos obtidos	16	7
Variações monetárias ativas	3.017	247
Outras receitas financeiras	261	42
	9.098	7.615

21. Outras receitas (despesas) operacionais	2010	2009
Vendas de aparas	4.855	4.128
Ganhos (perdas) na alienação de bens de capital	876	(525)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.359)	506
	4.372	4.109

22. Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2010	2009
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social - Líquido da participação dos empregados	35.260	42.866
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	11.988	14.574
Adições permanentes:		
Provisões não dedutíveis	1.267	1.231
Outras despesas não dedutíveis	4.299	2.184
Exclusões permanentes:		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(4.787)	(4.669)
Reversão de provisões	(1.232)	(1.370)
PAT e operação de caráter cultural e artístico	(286)	(272)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	11.249	11.678
Alíquota efetiva	32%	27%

23. Provisão para contingências - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, entre outros assuntos. Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante de R$ 3.977 (R$ 4.411 em 2009 e R$ 1.639 em 1º de janeiro de 2009) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui o montante de R$ 475 (R$ 464 em 2009 e R$ 466 em 1º de janeiro de 2009) referentes a depósitos judiciais relacionados a contingências tributárias e trabalhistas.

24. Remuneração do pessoal chave da administração - Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração (conselho e diretores) estão apresentados abaixo:

	2010	2009
Remuneração e benefícios de curto prazo	(1.659)	(2.154)
	(1.659)	(2.154)

25. Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. **a. Classificação dos instrumentos financeiros -** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	2010	2009	01/01/09
Caixa e equivalentes de caixa	20.290	25.390	75.867
Recebíveis			
Contas a receber de clientes	146.102	104.261	51.725
	166.392	129.651	127.592
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	19.865	10.784	13.564
Financiamentos	2.137	-	-
	22.002	10.784	13.564

b. Mensuração do valor justo - Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **b.1. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial. **b.2. Instrumentos financeiros "não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Empréstimos e recebíveis** - São passivos e ativos financeiros com pagamentos/recebimentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos e ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 0,70% e 1% ao mês e estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente. Em 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	Saldo contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	19.334	19.334
Recebíveis		
Contas a receber de clientes	146.102	146.102
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	19.865	19.865
Financiamentos	2.137	2.137

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **• Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **• Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços). **• Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2. **c. Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais que a Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos. d. **Risco de liquidez -** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **e. Risco de mercado -** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, principalmente o preço do papel, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **f. Risco operacional -** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Controladoria da Companhia. Os resultados das análises da Controladoria são discutidos com a administração da Companhia. **g. Gestão do capital -** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **26. Avais, fianças e garantias -** Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias. **27. Cobertura de seguros -** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 134 milhões contra incêndio, para cobertura da Matriz, do Parque Gráfico e das filiais.

Délcio Afonso Balestrin - Diretor Presidente
Antonio Luiz Rios da Silva - Diretor superintendente
Lino Alfonso Jungbluth - Diretor de Administração, Tecnologia e Finanças

Silmara Sapiense Vespasiano - Diretor Editorial
Romeu Rossi - Diretor do Parque Gráfico
Reinaldo Morone Frascino - Diretor de Gestão de Pessoas

Júlia Pugliese Romão
Gerente de Controladoria
CRC 1SP 163.327/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Editora FTD S.A. no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes apresentados sem ressalvas, às demonstrações examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição. Sendo assim, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas demonstrações e estão, portanto, em condições de serem submetidas ao órgão deliberativo competente.

São Paulo, 18 de março de 2011.

Derli Koefender - Conselheiro
Pedro João Wolter - Conselheiro
Valdecir Cavalheiro - Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Editora FTD S.A.** - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Editora FTD S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora FTD S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7